

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2021, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do Comitê da
3 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência,
4 utilizando-se da plataforma *Zoom Meeting*. **Participaram os seguintes conselheiros:** Leopoldo
5 Curi – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH);
6 Tulio Bahia – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de
7 Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB); Heloísa Cristina França Cavallieri – Serviço
8 Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Rone Frank Silva – Federação das
9 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Lívia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A;
10 Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São
11 Bartolomeu (ADAF). **Participaram os seguintes convidados:** Dimas Correa, Derza Nogueira –
12 Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas; Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do
13 CBH Rio das Velhas; Janis Santos – consultora; Jacqueline Evangelista, Paula Procópio, Ohany
14 Vasconcelos – Agência Peixe Vivo, Regina Lúcia Caminha Torres – Subcomitê Poderoso
15 Vermelho. O coordenador Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos, e
16 anuncia a ata da reunião do dia 30 de agosto, como primeiro item de pauta, que é ata aprovada
17 por unanimidade. **Consolidação de indicadores de execução de projetos hidroambientais na**
18 **bacia do Rio das Velhas.** Janis Santos apresenta o estudo elaborado, cujo objetivo foi reunir
19 dados e informações sobre as ações realizadas pelo CBH Rio das Velhas executadas através da
20 cobrança pelo uso da água, e a partir daí, obter indicadores do esforço realizado pelo CBH e
21 Agência Peixe Vivo no cumprimento das metas estipuladas no Plano Diretor de Recursos
22 Hídricos. Foram entregues 3 relatórios, sendo eles: balanço de todos os investimentos realizados
23 na Bacia do Rio das Velhas; levantamento categorizado dos investimentos por linha de ação, por
24 ano, por UTE e por região e; consolidação das informações com quantificação de serviços
25 conforme tipologia de intervenção. O escopo do trabalho foi dividido em 05 etapas: revisão das
26 metas estipuladas no PDRH 2015; contextualização sobre indicadores, suas principais funções e
27 alguns de seus usos presentes na literatura; levantamento, balanço e categorização das ações já
28 realizadas pelo CBH Rio das Velhas com o recurso da cobrança; proposição de indicadores e
29 parâmetros, de forma a mensurar e analisar o que foi executado, assim como indicar resultados
30 de estudos financiados pelo comitê e; avaliação das ações prioritárias de hierarquia 1 e 2
31 estabelecidas no plano de ações do PDRH 2015 verificando quais das ações foram executadas ou
32 não, de acordo com o que compete ao comitê atuar. Explica de forma didática o que são
33 indicadores, sua forma de obtenção e como são aplicados. Esclarece que o orçamento estratégico
34 do PDRH visa ao alcance do cenário revitalizado orientado pela meta “nadar, pescar e navegar no
35 Alto Rio das Velhas”, orientado por ações de saneamento ambiental e recuperação de áreas
36 degradadas é da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Já o orçamento executivo do CBH Rio das Velhas indica
37 as necessidades de atuação do CBH Rio das Velhas através de sua Agência de Bacia, com o
38 objetivo de fomentar a gestão de recursos hídricos na bacia, é orientado pelos componentes e
39 programas do plano de ações do PDRH, sendo na ordem de R\$ 250 milhões. Esses recursos
40 levam em consideração todo o horizonte de execução do plano. Lembra que o orçamento
41 executivo é aquele a ser aplicado com recursos da Cobrança pelo uso da água, e o orçamento

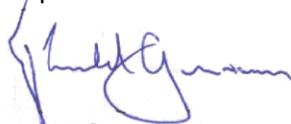
42 estratégico prevê a soma destes com fontes externas de iniciativas privadas e dos governos, mas
43 deixa claro que a Cobrança é uma importante fonte de financiamento das ações previstas no
44 Plano de Ações e realizadas pelo CBH Rio das Velhas, mas é um instrumento que deve ser
45 agregado a outras fontes de financiamento para se chegar à revitalização da Bacia do Rio das
46 Velhas. Com base no levantamento das ações foi feita a categorização dos projetos executados e
47 em andamento; análise da distribuição do recurso da cobrança nas regiões hidrográficas e nas
48 UTEs e análise do investimento anual executado a partir do ano de início da aplicação do recurso
49 em 2010. Exemplifica essas ações como o SIGA Rio das Velhas, o próprio PDRH, planos
50 municipais de saneamento básico, comunicação, educação e mobilização social, bem como a
51 formalização de parcerias com o Revitaliza Rio das Velhas. Mostra por meio de gráfico o
52 percentual distribuído por tipologia de projetos, a saber: projetos hidroambientais – 36,37%;
53 comunicação, educação e mobilização social – 27,14%; planos municipais de saneamento –
54 11,39%; atualização do PDRH – 6,58%; estudos e projetos – 6,15%; ações diversas – 4,16%;
55 sistema de informações – 2,42%; biomonitoramento – 2,05%; Viveiro de Mudanças Langsdorff –
56 1,63%; planos de manejo – 1,26%; projetos de saneamento básico – 0,67% e amostragem de
57 qualidade de água – 0,18%. Foram propostos indicadores e fichas de parâmetros com tipo de
58 projetos e nome de indicador. Janis mostra o número de indicadores quantitativos e parâmetros de
59 avaliação relativos aos projetos hidroambientais; de planos de saneamento; de projetos de
60 saneamento básico, de planos de manejo; educação e mobilização social, comunicação; sistema
61 de informações, amostragem da qualidade de água, biomonitoramento, viveiro e financeiro.
62 Totalizam 19 indicadores quantitativos avaliados por meio de 52 parâmetros. Apresenta também 4
63 indicadores qualitativos para amostragem de qualidade de água e 1 para o biomonitoramento.
64 Apresenta também o resultado da análise de alguns tipos de projetos, como 2.415 nascentes
65 mapeadas na bacia do Rio das Velhas; 1.049 nascentes mapeadas na bacia do Rio das Velhas
66 que receberam estudo de diagnóstico e caracterização; 1.025 nascentes que receberam plano de
67 ação para sua recuperação e conservação; estimativa de 204 eventos de mobilização social
68 realizados no âmbito dos projetos hidroambientais; estimativa de 9.851 pessoas mobilizadas
69 nestes eventos de mobilização social; 90.000 mudas produzidas e entregues ao comitê; 28
70 municípios, ou seja, 54,90% dos municípios da bacia do Rio das Velhas tiveram seu PMSB
71 financiado com os recursos da cobrança; 19 municípios com PMSB financiados com recursos da
72 cobrança na Bacia do Rio das Velhas foram aprovados por lei municipal (67,86%); 43 localidades,
73 pertencentes a 20 municípios da bacia, foram beneficiadas pela elaboração desses planos; um
74 total de 44 projetos de saneamento básico foram elaborados. Considerando a parcela de 92,5%
75 do total arrecadado com a Cobrança, 59,21% foram investidos. Faz análise do plano de ações,
76 dividido em prioridade 01 e prioridade 02. Cita como exemplo de hierarquia 1 a plataforma SIGA
77 Rio das Velhas, que precisa de manutenção da ferramenta, aperfeiçoamento e atualização
78 contínua dos dados, destacando o desenvolvimento do Módulo SAO (Sistema de
79 Acompanhamento de Outorgas). Como exemplo de hierarquia 2 cita a execução de projetos
80 hidroambientais. Em suas conclusões, Janis considera que para alcançar a meta do PDRH tendo
81 em vista o cenário de “bacia revitalizada” depende da ação conjunta de todos os entes
82 pertencentes à bacia, diretamente ou indiretamente ligados ao gerenciamento dos recursos

83 hídricos. Entende que a Cobrança pelo uso da água é um instrumento importante, porém
84 insuficiente para a execução das medidas propostas no PDRH. Em relação à atuação do comitê,
85 Janis observa que o foco na indução de políticas públicas de incentivo a boas práticas
86 relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos são medidas de resposta à situação atual da
87 Bacia do Rio das Velhas, tomadas com o objetivo de somar forças e contribuir para a sua
88 revitalização, e ressalta a importância do monitoramento destas ações, de forma a gerar subsídios
89 para que elas sejam aperfeiçoadas continuamente. As limitações verificadas para execução das
90 ações do PDRH estão ligadas ao número de procedimentos e fluxos processuais para contratação
91 de projetos; extrapolação da capacidade técnica e de pessoal; alto recurso orçado da ação;
92 dependência de pactuação com os demais entes da bacia e; ações fora do escopo de atuação do
93 comitê. Por fim, alerta que a análise dos indicadores também possui limitações, como qualquer
94 outra ferramenta de gestão, sendo uma mensuração das ações executadas, podendo não refletir o
95 resultado real dos projetos em termos de melhoria da quantidade e da qualidade de água na
96 bacia. De todo modo, essa iniciativa do comitê é um importante passo para o acompanhamento a
97 avaliação dos resultados de suas ações. Abrindo os comentários, Rone Silva diz que é a primeira
98 vez que é apresentado um panorama a atuação do comitê por meio de indicadores. Pergunta se
99 todas essas informações estão disponíveis no SIGA Rio das Velhas. Janis responde dizendo que
100 todos os projetos estão disponíveis lá, dentro dos produtos no âmbito dos projetos, sendo este e
101 as informações financeiras fornecidas pela Agência Peixe Vivo as principais fontes de informação.
102 Complementando sua resposta, Janis alerta que as informações do SAO são alimentadas com
103 aquelas fornecidas no site do IGAM e repassadas para o SIGA, e é necessário avaliar melhor
104 essa ação. Rone pergunta se é possível que essa apresentação seja realizada com alguma
105 periodicidade para os conselheiros. Ronald lembra que é a primeira vez que um contrato foi
106 firmado visando esse tipo de análise. Foi uma demanda da diretoria do comitê e do IGAM, sendo
107 construída na CTPC. Sobre o módulo SAO, Ronald entende que as informações do IGAM não
108 retratam muito bem a realidade da bacia, pois existe um *déficit* de outorgas aprovadas, bem como
109 captações irregulares, citando como exemplo as outorgas para abastecimento no município de
110 Ouro Preto. De modo geral, entende que muito ainda precisa ser feito para a revitalização da
111 bacia como um todo, pois ainda são poucas as ações, principalmente em função da
112 disponibilidade de recursos. Lembra que as Metas 2010 e 2014 e o Programa Revitaliza ainda não
113 refletem a qualidade e a quantidade de água. Jacqueline informa que a consultoria da Janis trata-
114 se de uma contratação específica, que se encerrou em 2020. Reforça que as informações estão
115 sendo alimentadas no siga. Esclarece que a análise das informações requer um grande esforço, e
116 por isso foi contratada uma pessoa física na época para tratar e apresentar informações, trabalho
117 executado em 7 meses. Contudo, é possível pensar em alguma periodicidade para apresentação
118 de forma simplificada. Informa que uma empresa foi contratada para fazer melhorias no sistema
119 de informações. Ronald considera bastante oportuno a CTPC criar momentos para fazer leitura e
120 discussão mais detalhada dos investimentos por ação e tipologia de projetos, até para tomada de
121 decisão e trabalhar de forma correlacionada à pauta seguinte, visando elucidar a efetividade
122 específica de alguns investimentos que foram feitos. Tulio Bahia recorda-se que, de acordo com a
123 Lei Estadual 13199/99 (Política Estadual de Recursos Hídricos) pelo menos 2 terços do valor

124 arrecadado deve ser aplicado em planos e projetos, mas o contingenciamento dos recursos
125 atrapalha o planejamento e aplicação dos mesmo. Comenta que o FIDRO tem o objetivo de dar
126 suporte financeiro a programas, projetos e ações para melhoria da qualidade e quantidade de
127 água, entretanto fala que tem dificuldade de entender como ele tem sido trabalhado. Leandro
128 Pereira entende que é necessário atualizar o cadastro de usuários da bacia, que é o mesmo há 10
129 anos. Lembra que existem captações que acabam não sendo vistas, pois sistema do Estado para
130 analisar os pedidos de outorga é bastante lento. Assim, os custos estão sendo atualizados tendo
131 como base um cadastro desatualizado. Sugere também utilizar os recursos da cobrança para
132 alavancar outros recursos, como o exemplo da parceria junto à Coca Cola para viabilizar
133 pagamentos por serviços ambientais (PSA) na bacia do Ribeirão Maracujá, e captação por meio
134 de editais externos. Ohany Vasconcelos esclarece que há bastante tempo essa discussão vem
135 ocorrendo entre a diretoria do comitê, APV e IGAM. Ronald sugere trabalhar uma campanha de
136 regularização de forma educativa, tomando o cuidado para não virar uma campanha de
137 fiscalização, sem ser punitiva. Ronald explica que está há 6 anos aguardando a aprovação de um
138 pedido de outorga, possuindo todas as informações e o protocolo da mesma, mas o processo não
139 é finalizado no IGAM. Então, imagina não ser o único nessa situação. Leandro reforça tal situação,
140 alertando que o cadastro desatualizado não é responsabilidade somente do usuário, mas também
141 do órgão gestor. **Resultado das oficinas do Programa de Conservação e Produção de Água.**
142 Paula Procópio atualiza aos conselheiros os últimos passos relativos ao Programa. Retoma os
143 objetivos e relembra as etapas de implantação do mesmo. Diz que o próximo passo é elaborar os
144 projetos técnicos por microbacia, para em seguida implantar as intervenções. Relembra os
145 procedimentos para manifestação e indicação dos representantes. 14 Subcomitês enviaram
146 demandas, dentre eles a proposta conjunta entre os subcomitês Nascentes e Itabirito. Houve
147 contratação de consultor para fazer análise dos dados, hierarquização e auxiliar na realização
148 oficinas. Por fim, o resultado das oficinas e as subbacias escolhidas: Rio Maracujá, no Alto Rio
149 das Velhas, Ribeirão Bonito, no Médio Alto Rio das Velhas, Córrego do Soberbo, no Médio Baixo
150 Rio das Velhas e Córrego das Pedras, no Baixo Rio das Velhas. Regina Torres, representante do
151 Subcomitê Poderoso Vermelho, questiona o formato como as oficinas foram conduzidas. Procurou
152 ajuda de muitas pessoas, buscando fazer o melhor possível, mas entende que houve falhas de
153 forma e conteúdo. Reforça que o maior potencial do CBH Rio das Velhas está no poder de
154 mobilização da comunidade. Diz que várias das informações necessárias para que o conselheiro
155 pudesse escolher os melhores critérios de seleção para sua microbacia não era acessível,
156 comparando-a a uma prova de vestibular. Em sua análise, a APV errou em utilizar dados
157 secundários para confirmar as informações. Como exemplo, o Subcomitê Poderoso Vermelho
158 atua somente no distrito de Ravena, onde está localizada a subbacia do Córrego do Brumado,
159 indicada pelo subcomitê, que é área rural, e o restante do município de Sabará está na UTE de
160 responsabilidade de outro subcomitê, que inclusive é área urbana. Além disso, a região de
161 Ravena é de alta erodibilidade, possui áreas de canga e tem atuação da AVG Mineração e risco
162 ecológico. Lembra que essa subbacia tem um diagnóstico elaborado pelo próprio comitê com
163 recursos da Cobrança, por meio de projeto hidroambiental, que poderia ter sido utilizado. Por fim,
164 solicita reavaliação utilizando o diagnóstico citado, e reforça o papel do comitê com a participação

165 da comunidade. Ronald agradece a Regina por suas considerações. Entende que já era esperado
166 que o programa tivesse prós e contras. É um processo novo, que precisa ser aperfeiçoado, em
167 que todos estão aprendendo. Contudo, a solicitação do Subcomitê Poderoso Vermelho precisa
168 ser enviada para a diretoria por meio de ofício. E por depender de posicionamento da diretoria,
169 não poderá ser colocado em discussão na CTPC. Não é uma situação simples, mas além deste,
170 existem outros desdobramentos que precisam ser discutidos, como aquele dos subcomitês
171 Arrudas e Onça. Concorde que muitas vezes os dados não refletem a realidade local, e espera
172 que isso tudo possa ser levado em consideração para melhorar o processo. Lembra que ainda
173 existe a fase de contratações deste programa, para depois iniciar outro processo seletivo. Ohany
174 diz que a diretoria do comitê está atenta a estes detalhes, e já tem iniciado essas discussões em
175 reuniões internas, com melhores estratégias, e inclusive a possibilidade de ampliar um pouco o
176 programa. Paula esclarece que a ideia de hierarquização das demandas surgiu em função da
177 dificuldade de a APV lidar com muitos projetos ao mesmo tempo. Então, poder priorizar ações nos
178 dá a possibilidade de melhor organização. Realmente, uma das falhas foi a ausência de
179 capacitação anterior sobre os critérios utilizados. Lembra que rios de preservação permanente são
180 definidos por meio de lei estadual. Os dados utilizados para análise das subbacias escolhidas
181 foram dados oficiais dos municípios, buscando os mais atualizados possíveis. Ronald considera
182 fazer revisão sistêmica e aprofundar os estudos para escolha dos critérios no próximo edital, bem
183 como a ampliação do mesmo. **Informes gerais.** Dimas informa que no dia 28 de outubro será
184 realizada a 113ª Plenária Ordinária do CBH Rio das Velhas, por videoconferência. Será
185 transmitida ao vivo pelo *Youtube*, e a pauta está disponível no portal do comitê. Informa também
186 que no dia 05 de outubro o IGAM declarou situação de escassez hídrica no Rio das Velhas, em
187 trecho entre Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e o município de Presidente
188 Juscelino. Essa medida é válida até dia 01 de novembro. Derza Nogueira informa que hoje, a
189 partir das 18h30 será realizado e transmitido ao vivo pelo canal oficial do comitê no *Youtube* o
190 webnário “Região do Carste, conhecer, cuidar e desenvolver sustentabilidade com
191 responsabilidade”. É um webnário idealizado pelo CBH Rio das Velhas em conjunto com os
192 subcomitês do Ribeirão da Mata e do Carste, e executado pela Equipe de Mobilização,
193 objetivando alertar, sensibilizar, informar e dialogar com a população e gestores sobre a
194 importância de preservação do carste. Pelo *chat*, Leandro sugere “Reunião conjunta entre CTPC,
195 GACG, diretoria ampliada, APV e IGAM, para não ficarmos sem ações quanto às outorgas e
196 também otimização dos recursos do Velhas participando de editais nacionais e internacionais e
197 parceria com universidades para o ZAP e ISA por exemplo”. Dimas pede a Leopoldo Curi
198 esclarecimentos sobre a o trabalho conjunto que a Agência RMBH possui junto com o ICLEI –
199 Governos Locais pela Sustentabilidade, e sobre uma possibilidade de parceria com o comitê a fim
200 de executar capacitações, citado na última reunião. Leopoldo esclarece que é um acordo de
201 cooperação da Agência RMBH junto ao ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade no âmbito
202 do projeto do INTERACT-Bio, para capacitação de governos locais na temática de soluções
203 baseadas na natureza (SBN) podendo indicar como estas medidas podem ser integradas nos
204 planos diretores e leis municipais complementares. Sua ideia é trazer a capacitação para dentro
205 do CBH Rio das Velhas, atuando em bacias com perfil mais antropizados, tendo em vista o

206 manifesto dos subcomitês dos ribeirões Arrudas e Onça. Diz que conversou junto ao ICLEI, que
207 está aberto a essa possibilidade no ano de 2022. Contudo, essa ação depende do interesse do
208 CBH Rio das Velhas, com articulação envolvendo sua diretoria, a Agência RMBH e o próprio
209 ICLEI. Assim, sugere a Dimas que converse com a diretoria. Não havendo mais nenhum assunto
210 a tratar, a coordenação da CTPC atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima
211 necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual
212 se lavrou a presente ata. **Encaminhamentos:** Definir junto à CTPC uma periodicidade para
213 apresentar os indicadores de execução, tanto de modo geral, quanto por ação; enviar apresentação
214 da consolidação de indicadores aos conselheiros da CTPC; Dimas encaminhar para a diretoria a
215 possibilidade de capacitação a respeito de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) para
216 subcomitês cujas UTE sejam mais antropizadas, por meio de parceria entre CBH Rio das Velhas,
217 Agência de Desenvolvimento RMBH e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade; aguardar
218 decisão da diretoria do comitê acerca do pleito do Subcomitê Poderoso Vermelho.



Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC